

Compromisso BB com as mudanças climáticas

Índice

3 Contexto ao compromisso

4 TCFD

7 O que nos orienta

9 O plano de sustentabilidade: Agenda 30 BB

10 Pactos e compromissos voluntários

11 Mudanças Climáticas

12 Métricas e metas

13 Oportunidades Negociais

16 Mercado de Carbono

17 Ecoeficiência

19 Precificação interna do carbono

20 Fornecedores

21 Nosso compromisso com as Mudanças Climáticas

23 Agenda 30 BB- compromissos de longo prazo

26 Emissões Financiadas

28 Descarbonização

Contexto ao compromisso

As mudanças climáticas seguem como um dos principais desafios para a estabilidade econômica, social e ambiental, demandando respostas estruturais e coordenadas de governos, empresas e da sociedade. Nesse contexto, o Banco do Brasil reconhece que a incorporação das dimensões ambientais, sociais e climáticas à estratégia de negócios é essencial para fortalecer sua resiliência, apoiar seus clientes e contribuir para o desenvolvimento sustentável do País.

Com uma trajetória consolidada em sustentabilidade, o Banco do Brasil integra esses princípios ao seu modelo de atuação, orientando decisões, gestão de riscos e desenvolvimento de soluções financeiras. A sustentabilidade, além de direcionar prioridades, fortalece a perenidade do negócio e tem sido central na geração de valor para a sociedade brasileira, em equilíbrio com resultados econômicos e responsabilidade socioambiental.

A realização da COP30 no Brasil, em 2025, consolidou o protagonismo nacional na agenda climática global e reforçou o papel do Banco do Brasil como indutor de soluções sustentáveis. Durante o evento, o Banco atuou na articulação com governos, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil, conectando a agenda climática às realidades do território, com destaque para o avanço da sociobioeconomia, a ampliação de negócios sustentáveis e o fortalecimento do diálogo com a sociedade a partir de iniciativas de escuta ativa e inovação responsável.

Nesse sentido, o Compromisso BB com as Mudanças Climáticas reafirma o papel do Banco como protagonista na transição para uma economia sustentável, consolidando práticas de governança, gestão de riscos e direcionamento de capital alinhadas aos desafios climáticos. Mais do que responder às demandas do presente, o Banco do Brasil busca antecipar tendências e contribuir de forma efetiva para um futuro de baixo carbono, fortalecendo sua atuação como indutor de desenvolvimento e transformação positiva na sociedade.

Ao longo deste documento, o leitor encontrará as diretrizes que orientam o posicionamento do Banco do Brasil frente às mudanças climáticas, incluindo sua governança, estratégia, gestão de riscos e oportunidades, bem como métricas, metas e iniciativas voltadas à descarbonização e ao financiamento da economia sustentável. Também são apresentados os principais instrumentos, compromissos e práticas que sustentam a atuação do Banco na agenda climática, evidenciando como esses elementos se traduzem em ações concretas e resultados para a sociedade.

TCFD - Task Force on Climate Related Financial Disclosures

O Conselho de Estabilidade Financeira (**Financial Stability Board - FSB**)[1] foi criado em 2009 pelo Grupo dos 20 (G20), grupo constituído por ministros da economia e presidentes de bancos centrais dos 19 países de economias mais desenvolvidas do mundo, mais a União Europeia. O FSB é o órgão internacional que monitora e faz recomendações sobre o sistema financeiro global. Em 2015, anunciou o estabelecimento de uma força tarefa, a **Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)**, para desenvolver uma forma consistente de reporte dos riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas e contribuir para direcionar investimentos para atividades de baixa emissão de carbono.

As recomendações[2] da TCFD organizaram as divulgações climáticas em quatro pilares: Governança; Estratégia; Gestão de Riscos; e Métricas e Metas. Essa estrutura contribuiu para que instituições financeiras e demais organizações avaliassem os efeitos potenciais das mudanças climáticas em seus modelos de negócio, estratégias, carteiras, resultados financeiros e capacidade de geração de valor no curto, médio e longo prazos.

Após a publicação do seu sexto relatório de progresso, em 2023, a TCFD[3] foi dissolvida e suas recomendações passaram a integrar a base dos padrões internacionais de divulgação de sustentabilidade e clima desenvolvidos pelo **International Sustainability Standards Board (ISSB)**, conselho da IFRS Foundation. Dessa forma, os padrões **IFRS S1 – General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information e IFRS S2 – Climate-related Disclosures** consolidam e ampliam a abordagem originalmente proposta pela TCFD, com foco na divulgação de informações relevantes para investidores e demais provedores de capital.

No Brasil, as recomendações da TCFD influenciaram a regulação prudencial aplicável às instituições financeiras, especialmente a estruturação **do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC)**. O GRSAC contempla a divulgação de informações sobre governança, estratégias, processos de gerenciamento, indicadores e oportunidades associados ao **Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC)**, alinhando a regulação nacional às melhores práticas internacionais de transparência e gestão de riscos.

1 O Conselho de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board – FSB) foi criado pelo Grupo dos Vinte (G20), em abril de 2009, sucedendo ao Fórum de Estabilidade Financeira (Financial Stability Forum – FSF), por sua vez estabelecido pelo Grupo dos Sete (G7), dez anos antes, em 1999.

2 Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures.

3 TCFD

Adesão do BB ao TCFD

Em 28/05/2021, o Banco do Brasil formalizou a sua adesão às recomendações da TCFD, assumindo assim o compromisso de identificar e reportar às suas partes interessadas a exposição de sua carteira a setores intensivos em carbono, quais suas consequências e impactos nos resultados financeiros, permitindo a precificação mais precisa de ativos, a mensuração de riscos e a alocação de capital mais eficiente, reduzindo a vulnerabilidade a impactos abruptos à economia real decorrentes das mudanças climáticas.



Entre 2021 e 2023, o BB estruturou e executou plano de ação voltado ao atendimento das recomendações da TCFD e ao alinhamento à regulação prudencial. Entre as principais entregas, destacam-se: a publicação **do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC)**; o desenvolvimento de cenários de mudanças climáticas para identificação de vulnerabilidades da Instituição e de sua carteira de crédito; a avaliação de impactos potenciais sobre setores econômicos, com destaque para a agropecuária; o estudo de viabilidade para teste de estresse de RSAC; e a realização de teste de estresse integrado considerando cenário de risco climático físico.

A partir da incorporação das recomendações da TCFD aos padrões do ISSB, o BB passou a adotar como referência os padrões internacionais de divulgação climática consolidada pelo ISSB, os quais incorporam as recomendações originalmente desenvolvidas pela TCFD. Essa evolução fortalece a comparabilidade, a consistência e a utilidade das informações divulgadas, preservando a estrutura dos quatro pilares — Governança, Estratégia, Gestão de Riscos, Métricas e Metas — e ampliando o foco na materialidade financeira dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e ao clima.

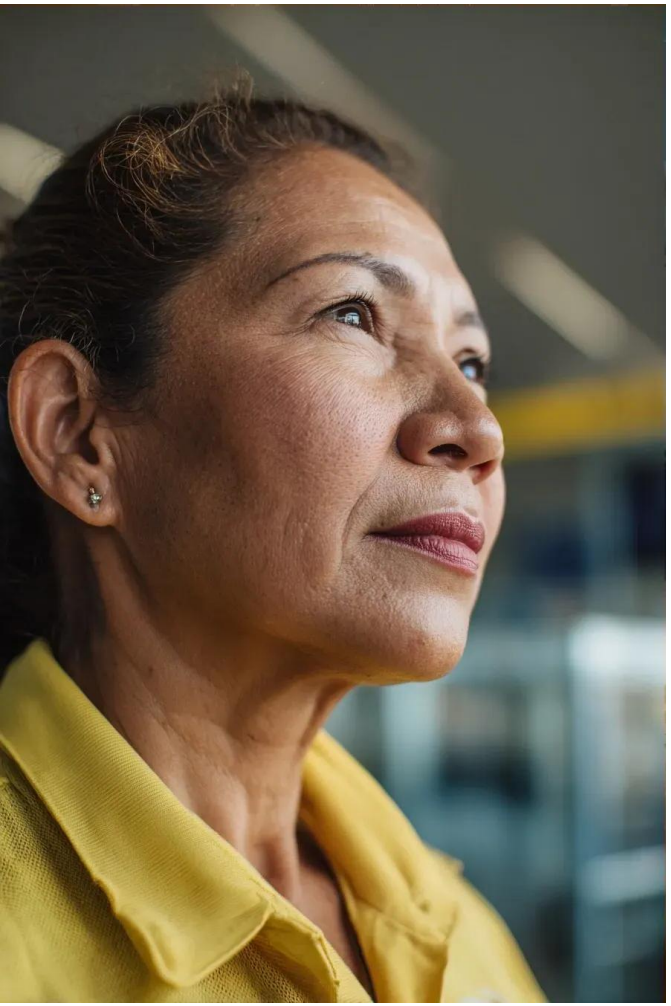
Em linha, o Banco considerou na elaboração do GRSAC as orientações do supervisor, especialmente a **Resolução CMN nº 4.943/2021**, a **Resolução BCB nº 139/2021** e a **Instrução Normativa BCB nº 153/2021**, além das melhores práticas de mercado.

O GRSAC também evidencia a maturidade da gestão de RSAC no âmbito do Conglomerado Prudencial, apresentando avanços em governança, estratégias, processos de gerenciamento, indicadores e oportunidades. A divulgação reforça a visão transversal do tema, a integração entre áreas e processos, e a busca por equilíbrio entre solidez, transparência, visão de longo prazo e geração de oportunidades sustentáveis.

No ambiente regulatório brasileiro, a evolução dos padrões de divulgação climática e de sustentabilidade também se reflete em normas e iniciativas como a **Resolução CVM nº 193/2023**, atualizada pelas **Resoluções CVM nº 219/2024** e **nº 244/2026**, e a **Resolução CMN nº 5.185/2024**, que tratam de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base nos padrões internacionais emitidos pelo ISSB. O Banco Central do Brasil também vem conduzindo aprimoramentos nas exigências do GRSAC, com foco em maior transparência, comparabilidade e inclusão de informações quantitativas sobre riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticos.



O que nos orienta



O Banco do Brasil aborda o tema ASG e as categorias de risco social, ambiental e climático sob duas dimensões complementares: a responsabilidade corporativa e a gestão de riscos. A **Responsabilidade Social, Ambiental e Climática** refere-se às ações proativas da instituição, com foco em gerar impactos positivos nessas esferas por meio de suas atividades e negócios. Essas ações são orientadas pela **Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)**, que consolida os compromissos do BB com o desenvolvimento sustentável e a promoção de práticas responsáveis em sua atuação.

Por outro lado, a **Gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático (RSAC)** adota uma perspectiva prudencial, voltada à prevenção de perdas decorrentes de eventos relacionados a essas temáticas. Essa gestão envolve políticas, processos, pessoas e sistemas capazes de identificar, avaliar, mensurar, monitorar, reportar, controlar e mitigar tais riscos. Devido à sua natureza transversal, os RSAC são integrados à estratégia institucional, à governança e à estrutura de gestão de riscos do Banco.

No Banco do Brasil as questões relativas às dimensões **Ambiental, Social e Governança (ASG)** estão expressas em políticas e nos diversos compromissos voluntários assumidos ao longo do tempo. O principal objetivo da governança ASG é gerir o desempenho socioambiental do BB, o que ocorre a partir da implementação e disseminação **da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)** em julho de 2022 e revisada em 21/11/2023, que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social, ambiental e climática nos negócios e na relação ética e transparente com as partes interessadas.

As mudanças climáticas estão contempladas na PRSAC, nas **Políticas Específicas**, nas **Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito** - que incluem a **Lista Restritiva** e a **Lista de Exclusão**, no **Relatório GRSAC**, além deste Compromisso BB com as Mudanças Climáticas.

Entre setembro e outubro de 2021, o Bacen editou as seguintes normas, que possuem impacto na gestão dos riscos socioambiental e climático pelo BB :

a) A Resolução CMN 4.943, de 15 de setembro de 2021, que aprimorou a Resolução CMN nº 4.557/2017, ao integrar os riscos social, ambiental e climático ao processo de gerenciamento de riscos das instituições financeiras;

b) Resolução CMN 4.945, de 15 de setembro de 2021, que estabelece novas regras sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações para sua efetiva implementação pelas instituições do SFN.

Diante dos requisitos destas normativas, o BB elaborou uma nova Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PRSAC) buscando regulamentar a forma de divulgação de informações sobre riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas que deverão ser adotadas pelo Conglomerado Prudencial do BB nos próximos anos.

As novas regras da PRSAC entraram em vigor a partir de julho de 2022 com foco no tratamento da possibilidade de perdas para as instituições reguladas. A política redefiniu o risco social, relacionado a práticas de violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesses comuns, e o risco ambiental, associado à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Além disso, são introduzidos os conceitos de risco climático de transição, relacionado ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, e de risco climático físico, relativo à ocorrência de intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos.

Outras políticas também contemplam aspectos socioambientais e climáticos diversos a serem considerados em práticas negociais e administrativas, a exemplo das operações de crédito e de investimento, e de relacionamento com fornecedores e funcionários. Por sua relevância, essas orientações estão replicadas nas **Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito** para diferentes setores de atividade.

As Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito visam dar publicidade e aprimorar as práticas adotadas pelo Banco do Brasil na análise e concessão de crédito, reforçando o atendimento aos normativos internos e à legislação vigente, e em cumprimento aos princípios de responsabilidade social, ambiental e climática constantes de nossas políticas gerais e específicas. Como norteadores socioambientais, as Diretrizes abordam temas estratégicos como Floresta & Biodiversidade, Recursos Hídricos, Direitos Humanos e Mudanças Climáticas e são aplicáveis a pessoas físicas e jurídicas. Em 2024, as Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito foram atualizadas considerando inclusive novos aspectos legais, econômicos, sociais, ambientais e climáticos.

No âmbito das Diretrizes de Sustentabilidade, temos a **Lista Restritiva** e a **Lista de Exclusão**. Na Lista Restritiva, incluímos as atividades em que o Banco assume risco de crédito sob determinadas condições, aplicando rigor diferenciado na análise, concessão e acompanhamento de crédito. A Lista de Exclusão elenca as atividades em que o Banco não assume risco de crédito em razão de impedimentos legais ou por não estarem em alinhamento com as suas diretrizes.

Na Lista de Exclusão, foram incluídas as atividades de Extração de Carvão Mineral e a de Geração de Energia Termelétrica a partir do Carvão Mineral, sendo vedado o apoio financeiro a empresas ou projetos de investimento voltados à essas atividades, salvo quando a finalidade for a transição de suas atividades para uma economia de baixo carbono ou eficiência energética. O BB também declarou não assumir risco de crédito e hoje não possui em seu portfólio operações das seguintes atividades do setor de óleo e gás não convencional: xisto, areias de alcatrão e exploração no ártico.[4]

4. Atividades relacionadas à cadeia de valor do setor de óleo e gás não convencional, incluindo exploração, extração, refino, distribuição e infraestrutura, conforme Lista de Exclusão nas Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito.

O plano de sustentabilidade: Agenda 30 BB

O Plano de Sustentabilidade do Banco do Brasil contribui para o aprimoramento de negócios e processos ao consolidar ações com viés socioambiental e climático. Revisado a cada dois anos e ordenado em desafios em sustentabilidade priorizados pela alta administração, ele se desdobra em compromissos estabelecidos para um período de três anos, abrangendo toda a empresa .

A partir de 2017 o Plano passou a ser denominado de Agenda 30 BB. Refletindo as premissas da Agenda 2030 global e inspirada nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, atendendo ao chamado global para a construção de um mundo direcionado por gestão adequada dos recursos naturais, respeito aos direitos humanos e geração de resultados sustentáveis.

A Agenda 30 BB faz com que processos internos sejam adotados de forma robusta, pactuando compromissos e ações que têm impacto nos negócios como um todo. Com negócios e práticas administrativas cada vez mais sustentáveis, o BB dissemina a toda sua cadeia de valor a importância da incorporação dos princípios da sustentabilidade no planejamento e na execução de ações. A sustentabilidade é uma das dimensões presentes na **Estratégia Corporativa BB 2024-2028** e se apresenta como um dos objetivos no mapa estratégico do Banco, que tem suas lideranças comprometidas com o desafio de conciliar a competitividade empresarial com a construção de um mundo mais sustentável.

Em 2025, a Agenda 30 BB passou a contemplar os **Compromissos BB 2030 para um mundo + Sustentável** e o novo Plano de Sustentabilidade BB para o período 2025-2027. Os assuntos climáticos estão contemplados no desafio: "Aprimorar a governança e a gestão dos riscos e das oportunidades relacionados às questões climáticas, dando transparência aos compromissos e às práticas do Banco do Brasil em relação ao tema". Por meio do Relatório Anual do BB é feita a prestação de contas das ações desenvolvidas no período anterior e das ações que serão desenvolvidas nos próximos anos.



Pactos e Compromissos **voluntários**

Há três décadas o Banco do Brasil vem participando de diversos Fóruns e Iniciativas nos âmbitos governamental e privado.

1995
Protocolo Verde

1997
Balanço Social Ibase

2003
The Global Compact – We Support
BB Carta de princípios socioambientais

2004
Azul 21 BB

2005
CDP – Disclosure Insight Action
Equator Principles

2006
Global Reporting Initiative

2007
Programa Brasileiro GHG Protocol

2008
Fórum Amazônia Sustentável

2009
Caring for Climate – EPC

2010
PRI Principles for Responsible Investment
Objetivos do Milênio

2011
World Water Council

2012
PSI Principles for Sustainable Insurance
Empresa Pró Ética
Pacto Empresarial pela **Integridade e contra a Corrupção**
Carta empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Descente

2013
Grupo de Trabalho da **Pecuária Sustentável**

2014
Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais

2015
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

2018
Livres & Iguais – Nações Unidas
Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial

2019
30 Anos

2020
MSCI

2021
TCFD – Task Force on Climate-Related Financial Disclosures
Business Ambition for 1.5°C
30 Anos
Science Based Targets

2025
PCAF – Partnership for Carbon Accounting Financials

Dentre os compromissos e pactos voluntários assumidos ao longo do tempo, vários abordam o tema mudanças climáticas de forma direta ou transversal, a exemplo dos seguintes:

- Caring for Climate – The Global Compact
- Carbon Disclosure Project – CDP
- Empresas pelo Clima – EPC
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS
- Princípios do Equador
- Programa Brasileiro GHG Protocol
- Task Force on Climate-Related Financial Disclosures – TCFD
- Business Ambition for 1.5°C
- Partnership for Carbon Accounting Financials - PCAF

Mudanças Climáticas

A partir da adesão às recomendações da TCFD, que foram consolidadas pelo **International Sustainability Standards Board (ISSB)**, o BB assumiu o compromisso de implementar elevados níveis de transparência em suas divulgações de informações financeiras relacionadas aos riscos e oportunidades climáticas. A divulgação dessas informações de forma clara e concisa contribui para que as instituições financeiras possam encontrar a melhor de forma de mensurar os impactos do clima nos negócios e nos públicos de relacionamento. As principais informações financeiras do BB foram estruturadas conforme os pilares de divulgação recomendados pela TCFD, apresentados na figura abaixo:



Fonte: Adaptado de TCFD

Essa estrutura de informação também é adotada no GRSAC, e em consonância ao estabelecido pela **Resolução BCB nº 306/2023**, tem como objetivo apresentar de forma estruturada as práticas adotadas pelas instituições financeiras para lidar com os riscos sociais, ambientais e climáticos. Ele aborda três aspectos principais: a governança do gerenciamento desses riscos, detalhando as responsabilidades das instâncias envolvidas; os impactos reais e potenciais desses riscos nas estratégias de negócios e na gestão de capital, considerando diferentes prazos e cenários; e os processos utilizados para identificar, avaliar, monitorar e mitigar tais riscos, evidenciando sua integração à estrutura geral de gestão de riscos da instituição. Além disso, o documento confere mais transparência à forma como os riscos sociais, ambientais e climáticos são considerados pela alta administração. Mais detalhes sobre a gestão dos riscos climáticos podem ser consultados diretamente no documento, disponível no site do BB. No âmbito da gestão do risco climático, o BB realiza testes de estresse e análises de cenários com o objetivo de avaliar a resiliência de seus modelos de negócios e estratégias frente a possíveis mudanças relacionadas ao clima. Esses exercícios incluem a elaboração de cenários com diferentes horizontes temporais, que consideram os impactos dos riscos físicos e da transição para uma economia de baixo carbono. Além disso, são desenvolvidos cenários para avaliar carteiras com elevada exposição, a exemplo do setor de agronegócios.

Governança* e Estratégia de Gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático

A Sustentabilidade permeia a estrutura organizacional e está expressa nas políticas e nos diversos compromissos voluntários assumidos. O principal objetivo da governança em sustentabilidade é gerir o desempenho social, ambiental e climático com base na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social, ambiental e climática nos negócios e na relação ética e transparente com os públicos de interesse.

* A estrutura de governança, as estratégias de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático e cenários de riscos físicos e de transição podem ser consultados em nosso Relatório GRSAC, Relatório Anual e Caderno ASG.

Métricas e metas

O Banco do Brasil tem um compromisso sólido com a construção de um futuro mais sustentável. Por isso, os **Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável** , são parte integrante da **Agenda 30 BB** e orientam nossas iniciativas estratégicas e reforçam o papel do BB e como protagonista para impulsionar o crescimento econômico do país em bases sustentáveis.

Lançados em 2021 esses compromissos refletem a constante evolução do Banco em ações voltadas à responsabilidade social, ambiental, climática e de governança. Em sua versão mais recente, lançada em 2025, foram estabelecidos **10 compromissos**, com **19 metas** ainda mais desafiadoras, divididas em **3 grandes frentes**: Finanças Sustentáveis, Governança social, ambiental e Climática e Impactos positivos na cadeia de valor.

Nossos compromissos reconhecem os desafios globais que impactam a sociedade e o meio ambiente, alinhando-se ao Acordo de Paris, aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**, ao Plano de Transformação Ecológica (Governo Federal) e a COP30, conforme destacamos ao lado.

Desde 2021, o BB é signatário da iniciativa **Businesss Ambition for 1.5ºC**, que serviu como base para a definição das metas de redução de Gases de Efeito Estufa, que contribuam para limitar o aquecimento global em 1,5ºC acima dos níveis pré-industriais, além de apoiar o BB na busca por alcançar a neutralidade de carbono da cadeia de valor até 2050, conforme a **SBTi** (Science-Based Targets initiative).

Em 2025, o Banco do Brasil aderiu à iniciativa **PCAF** para medir e divulgar as emissões de Gases de Efeito Estufa financiadas, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade. A ação visa aumentar a transparência, mitigar riscos climáticos e alinhar suas operações ao Acordo de Paris. Com isso, o Banco incentiva práticas sustentáveis entre clientes e parceiros, contribuindo para uma economia de baixo carbono.

Emissões Diretas de GEE

- Reduzir em **42%** as emissões diretas (Escopo 1) até **2030**;
- Compensar **100%** das emissões dos Escopos 1 e 2;
- Atingir **100%** de utilização de energia renovável – usinas próprias, mercado livre e RECs;
- Reduzir em **42%** a intensidade de emissões da carteira de empréstimos corporativos até **2040**.

Reflorestamento e conservação florestal

- **2 milhões de hectares** conservados e/ou de reflorestamento até **2030**;
- **1,5 milhão de hectares** de áreas degradadas recuperados até **2030**;

Carteira de crédito sustentável

- **R$ 500 bilhões até 2030** (saldo).

Energia renovável

- **R$ 30 bilhões até 2030** (saldo).

Agricultura sustentável

- **R$ 200 bilhões até 2030** (saldo).

Estratégia de Bioeconomia

- **R$ 5 bilhões até 2030** (saldo).

Oportunidades Negociais

Sobre as oportunidades decorrentes das mudanças climáticas, o Banco apoia iniciativas voltadas à mitigação, como o **Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis – RenovAgro** (nova denominação do Programa de Agricultura de Baixo Carbono), que representa oportunidade tanto para o BB como para os produtores rurais.

O RenovAgro possui potencial para contribuir com o atingimento das metas ambientais do Acordo de Paris (NDCs). Seu papel é especialmente relevante, já que o Brasil apresentou metas não condicionadas ao recebimento de recursos internacionais, o que justifica ainda mais a necessidade de seu fortalecimento e alinhamento aos objetivos de mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa.

Desde seu lançamento, em 2010, o BB vem liderando a iniciativa, que financia sistemas sustentáveis de produção agropecuária, com capacidade reconhecida de reduzir ou sequestrar emissões de GEE e promover a produção de vegetação/biomassa e de alimentos, bem como a preservação do meio ambiente.

Iniciativas direcionadas à redução das emissões de CO2 na atividade agropecuária são apoiadas e amparadas no RenovAgro. Por meio dele, identificam-se implicações financeiras positivas com a contratação de operações, que em 2025 totalizaram **R$ 2,4 bilhões**. Além do Renovagro, o BB também disponibiliza outras linhas de crédito com adicionalidade ambiental, como **Investe Agro**, **Inovagro**, **FCO Verde**, **Pronamp** e **Pronaf**, que possibilitam o financiamento florestamento, reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais, dentre outros.

De forma complementar, o BB oferece aos clientes produtos complementares por meio do **Programa Agro Energia**. O programa visa estimular o uso de energias renováveis no meio rural, através de financiamento de usinas geradoras de energias alternativas renováveis e limpas, destinadas à geração de energia para desenvolvimento de atividades agropecuárias, dentre as fontes: energia solar, energia de biomassa e energia eólica. Em 2025, foram contratados **R$ 526 milhões** no âmbito deste Programa.

Destaca-se a participação do Banco no Programa do Governo Federal Caminho Verde Brasil, viabilizado por meio do 2º Leilão Eco Invest Brasil – Recuperação de Terras Degradadas. O resultado do leilão foi divulgado em agosto de 2025, e o BB foi contemplado com **R$ 4,2 bilhões** em recursos catalíticos, o maior volume entre as instituições participantes, com a expectativa de viabilizar a recuperação de **275 mil hectares**.

A participação no 2º leilão está alinhada ao compromisso estabelecido na Agenda 30 BB de apoiar a recuperação de 1,5 milhão de hectares até 2030, complementado por outras soluções de crédito voltadas a pequenos, médios e grandes produtores. No ano de 2025, foram recuperados aproximadamente **558 mil hectares** de áreas degradadas, por meio da contratação de **R$ 2,2 bilhões** em linhas de crédito rural, beneficiando mais de **5.700 clientes**.

Os clientes têm ainda à disposição um portfólio de produtos que inclui **Seguro Agrícola**[1], **Seguro Agrícola Faturamento**, **Proagro** e **Proagro Mais**, que ampliam a resiliência do produtor diante de perdas decorrentes de eventos climáticos extremos. Em 2025, **43%** de todo o custeio agrícola, totalizando **R$ 18,3 bilhões** estiveram cobertos por Seguro Agrícola e Proagro, garantindo a mitigação de riscos relacionados a perdas de produção causadas por eventos climáticos[5].

5. Custos referentes à contratação da modalidade de seguro Agrícola da ordem de R$ 880 mil em em 2025.

Em dezembro de 2025, a Carteira de Negócios Sustentáveis do BB atingiu um saldo de R$ 415,1 bilhões, composta por operações de crédito voltadas a setores como energias renováveis, construção e transporte sustentáveis, agricultura sustentável, turismo, água, pesca, florestas e gestão de resíduos. Também são elegíveis empresas com atuação transformacional em aspectos sociais e ambientais.

O Banco do Brasil tem avançado de forma consistente em sua estratégia de finanças sustentáveis, consolidando-se como referência no apoio à transição para uma economia verde.

Em outubro de 2020, aprovamos o modelo de finanças sustentáveis do BB, que estabelece parâmetros para a captação de recursos destinados a projetos com impacto ambiental e social positivo. O modelo foi desenvolvido com apoio técnico da consultoria Sitawi Finanças do Bem (atualmente ERM) e resultou na criação do Framework de Finanças Sustentáveis, aprovado pela Sustainalytics, uma das principais provedoras globais de segunda opinião (SPO).

Em 2021, o modelo foi revisado e ampliado, incorporando novas categorias como Eficiência Energética, Edifícios Verdes, Transporte Limpo e Gestão Sustentável de Resíduos e Efluentes.

Durante o ano de 2023, o BB revisou as linhas de crédito que compõem sua Carteira de Crédito Sustentável, com base na metodologia da Febraban e no seu próprio Framework de Finanças Sustentáveis. Essa revisão contou com segunda opinião da Sustainalytics e foi submetida à avaliação da ERM, que reafirmou o caráter majoritariamente transformacional da carteira. A identificação das linhas elegíveis segue critérios alinhados a padrões internacionais, como os Green Bond Principles e os Social Bond Principles.

Ainda em 2023, o Banco lançou seu primeiro Relatório de Alocação de Recursos e Impactos Socioambientais referente ao Social Bond emitido em 2022.

Em 2024, o BB realizou a emissão de seu terceiro bond internacional no escopo do Framework, no valor de US$ 750 milhões, voltado principalmente para o financiamento de micro e pequenas empresas, especialmente aquelas lideradas por mulheres.

Em 2025 o BB passou a desembolsar as primeiras operações do programa Eco Invest, relativas ao primeiro leilão, com previsão de aplicação de R$ 4,8 bilhões e foi contemplado com recursos que preveem o investimento de R$ 6,8 bilhões relativos ao segundo leilão. Para complementar a alavancagem externa dos leilões e complementar a estratégia de diversificação de fontes de funding de impacto, foram formalizadas captações no exterior no valor de US$ 1,2 bilhão durante o ano.

Do total captado, o BB já soma desembolsos de mais de R$ 25 bilhões relativos às captações sustentáveis, o que beneficia MPE's, empresas lideradas por mulheres, clientes de todos os segmentos com energia renovável, agricultura sustentável, habitação acessível, saneamento público, produção de biocombustíveis e a recuperação econômica do estado do RS após as enchentes de 2024 [6].

[6] Detalhes dos relatórios de impacto podem ser consultados em https: ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/sustentabilidade, na seção negócios sustentáveis.

Dada a relevância da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e nosso compromisso com a neutralidade de carbono até 2050, apresentamos a avaliação do impacto ambiental associado às emissões evitadas pelo financiamento de energias renováveis.

Em 2025, uma carteira financiada de R$ 22,282 bilhões gerou impacto ambiental positivo estimado em R$ 4,14 bilhões, decorrente de operações dos segmentos MPE, Corporate e Large Corporate.Esse resultado corresponde a 18.078.069 tCO_2e de emissões evitadas.

Destacam-se os projetos de energia termelétrica a gás natural, responsáveis por 15.872.960 tCO_2e, e de energia solar, com 1.277.998 tCO_2e em emissões evitadas, ambos relacionados a operações de Project Finance.

Os benefícios ambientais foram estimados com base no Custo Social do Carbono (CSC), adotado no valor de US$ 42 por tonelada de CO_2e.[7]

Reforçando seu compromisso com metas de longo prazo, o BB lançou em 2024 o Framework de Finanças Vinculadas a Metas de Sustentabilidade (Sustainability-Linked Finance Framework – SLFF), com segunda opinião da Standard & Poor's. Por meio dele, o Banco captou US$ 300 milhões com bônus financeiro atrelado ao atingimento de metas ASG. Consulte o SFF.

Esse modelo de negócio permite ao BB acessar o mercado global de dívidas e empréstimos sustentáveis, com foco em quatro grandes metas para 2030: aumento da Carteira de Negócios Sustentáveis, ampliação do crédito para agricultura sustentável, redução das emissões de GEE na carteira financiada e promoção da diversidade de gênero e raça na alta liderança. Como resultado dessa estratégia, o BB firmou com o Banco Natixis uma operação de captação de US$ 100 milhões, denominada "Triple Green", que reúne três pilares: garantia por títulos verdes, vinculação a metas de sustentabilidade e financiamento de moradia social.

Em 2024, o Banco do Brasil realizou sua primeira operação de Corporate Sustainability-linked Loan, no valor de R$ 3,5 bilhões.

Em 2025, foi concluída uma nova operação, totalizando R$ 3 bilhões. Estruturadas por meio de Notas de Crédito à Exportação (NCEs), com vencimento em 2032, ambas as operações estão vinculadas ao cumprimento de metas de sustentabilidade previamente estabelecidas, incluindo objetivos de descarbonização, ampliação da participação de energias renováveis na matriz energética da companhia, ganhos de eficiência energética e fortalecimento da proteção à biodiversidade.

Contratadas com amparo de Relatório de Segunda Opinião (SPO, na sigla em inglês), as operações têm seus compromissos de sustentabilidade monitorados anualmente por avaliador independente, com base em indicadores validados por consultoria externa.

Em 2025 o BB captou mais US$ 160 milhões em duas operações utilizando a estrutura do SLFF.

[7] Fonte: EPA, Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. Documento de Suporte Técnico: Atualização Técnica do Custo Social do Carbono para Análise de Impacto Regulatório. 2016.20. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Utilizado PTAX média de dezembro/2025: US$ = R$ 5,4531.

Mercado de Carbono

Atento ao seu papel, o BB quer auxiliar seus clientes e investidores na transição para uma economia mais verde e inclusiva. Para isso, se propõe a exercer um papel transformador na sociedade, apoiando seus clientes a ingressar no mercado voluntário de carbono por meio da geração de novos projetos, aliando o cuidado com o meio ambiente, práticas mitigadoras das mudanças climáticas e retorno financeiro sustentável.

No âmbito do mercado de carbono, o Banco estrutura sua atuação a partir dos seguintes pilares :

Consultoria e assessoria: assessorar seus clientes na elaboração de inventários de emissões, planos de descarbonização, análise de risco climático e demais soluções que envolvam o tema mudanças climáticas, de maneira a prepará-los para o Mercado Regulado de Carbono no Brasil;

Desenvolvimento de projetos: apoio a clientes dos mais diversos segmentos no desenvolvimento de projetos geradores de créditos de carbono no mercado voluntário, a partir das principais metodologias disponíveis, como conservação de florestas, reflorestamento, carbono no solo e energia renovável;

Financiamento climático: financiar a adoção de práticas de descarbonização, por meio da oferta de linhas de crédito com atributos ambientais e condições diferenciadas para projetos de energia renovável, eficiência energética e agricultura de baixo carbono, dentre outras que permitam ao cliente reduzir a sua pegada de carbono e seu impacto no meio ambiente;

Comercialização de créditos de carbono: o Banco possui amplo portfólio de créditos de carbono proprietários e de parceiros, gerados a partir de projetos de alta integridade, e que estão disponíveis para as empresas que desejam compensar suas emissões de GEE a partir de compromissos de net zero assumidos.

Como agente do sistema financeiro, o BB assume uma responsabilidade crucial: direcionar a aplicação de recursos e auxiliar a transição de uma economia de alto impacto para uma economia verde, de baixo carbono e inclusiva, com gestão de riscos adequada e elaboração de modelos inovadores de captação de recursos.

Consideramos em nosso planejamento a questão das mudanças climáticas e priorizamos negócios que aproveitem as oportunidades de uma economia de baixo carbono. Além disso, identificamos cadeias produtivas sustentáveis que possam fomentar a economia verde, especialmente para atender às necessidades de redução de emissões assumidas pelo Brasil na Conferência de Paris.

Ecoeficiência

O Banco do Brasil adota uma gestão ambiental com foco na ecoeficiência, buscando a redução do consumo de recursos naturais como água, energia, papel e combustíveis, promovendo menor impacto ambiental e redução de custos. Essa estratégia é conduzida pelo Portal GaBBi – Gestão Ambiental do BB Interativa, que incentiva a melhoria contínua, a capacitação de públicos internos e externos e a disseminação de práticas sustentáveis. O compromisso com a sustentabilidade é evidenciado por certificações como LEED e ISO 14001, além do uso do Índice de Ecoeficiência Operacional (IEO), que monitora o consumo de recursos e a coleta seletiva.

Desde 2021, 100% da energia consumida pelo Banco advém de fonte renovável, incluindo usinas solares, mercado livre e RECs. Para isso, em 2025, totalizamos 1.519 prédios migrados para o mercado livre de energia e mais 27 usinas fotovoltaicas em operação, fornecendo energia a aproximadamente 1.726 prédios.

Na gestão hídrica, o Banco utiliza parâmetros regionais para identificar unidades com consumo elevado e realiza vistorias técnicas. O consumo de água em 2025 foi obtido com base nas despesas das respectivas faturas.

Para a apuração do consumo, foi considerado o somatório mensal. Houve reajuste de 9,88% ocorrido em 2025, impactando faturas (despesas).

No tocante à gestão de resíduos, o Banco substituiu o antigo programa de coleta seletiva pelo BB Lixo Zero em 2023, visando reduzir os impactos ambientais dos resíduos gerados a partir das atividades diárias, além de contribuir com nossa função social, promovendo trabalho e dignidade aos catadores de materiais recicláveis. Em 2025, o BB se tornou a primeira instituição financeira do país a contratar a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT) para a gestão de seus resíduos, consolidando-se como pioneiro na transição de um modelo econômico linear para a Economia Circular Inclusiva. Ano passado, foram 966 dependências atendidas pelo contrato. Em maio de 2026, alcançamos 1.219 dependências, em 22 estados e 92 municípios, sendo coletadas 126,7 toneladas de resíduos, que beneficiaram 61 cooperativas parceiras, gerando 480 postos de trabalho. O intuito é implementar o modelo BB Lixo Zero em 3.000 dependências até julho de 2027.





O Programa BB Lixo Zero e a parceria com a Ancat também foram destaque na COP 30 em 2025, como iniciativa pioneira de grande impacto social e ambiental, sendo um dos casos de sucesso apresentados pelo BB na Conferência. Ainda nesse ano, o Banco do Brasil recebeu da ANCAT o Prêmio Selo Amigo do Catador durante o evento internacional Expo Catadores.

A iniciativa já despertou o interesse de outras instituições financeiras e do Judiciário, que vêm buscando o Banco para troca de experiências e benchmarking. É o BB fazendo a diferença no planeta, no país e na sociedade, aliando impacto ambiental e social, eficiência operacional e fortalecimento da reputação institucional.

Além disso, o Banco mantém contratos para destinação adequada de bens inservíveis, com rastreabilidade. Em 2025, reciclou 2.732,07 toneladas (-6%), reutilizou 27.503 itens (-53%) e doou 19.506 (82%) bens. Desde 2020, com a iniciativa #PlásticoZero BB, eliminou-se o uso de copos plásticos descartáveis, substituindo-os por alternativas sustentáveis. Essas ações reforçam o compromisso do Banco do Brasil com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

O Banco do Brasil realiza um controle rigoroso de suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) por meio de um Inventário de Emissões baseado na metodologia *GHG Protocol*. Esse Inventário abrange mais de 4 mil dependências e considera emissões diretas (Escopo 1), indiretas por consumo de energia (Escopo 2) e outras emissões indiretas (Escopo 3). Os dados são verificados anualmente por empresa especializada, conforme as especificações do *GHG Protocol* e da norma NBR ISO 14064:3, garantindo confiabilidade e transparência.

Desde 2010, o Inventário é certificado com o Selo Ouro do Programa *GHG Protocol* e divulgado em plataformas como o RPE - Registro Público de Emissões da FGVces, *CDP*, no site de RI do BB, além de compor índices como o ISE (B3) e o DJSI.

É possível conhecer mais da gestão ambiental do BB no Caderno ASG.

Precificação interna do carbono

A partir da média de preços de projetos qualificados para compor o portfólio para compensação das nossas emissões aprovamos a atualização, em junho de 2024, da precificação interna de carbono, com a adoção de **R$ 45,64/tCO2e** ou **US$ 8,39/ tCO_2e** (**PTAX = R$ 5,44/US$** em 21/06/2024), obtido por meio do cálculo da média dos preços de tonelada de carbono registrados nos mercados voluntário e regulado no Brasil e no mundo.

A definição da metodologia de precificação interna de carbono e do preço interno de carbono tem como objetivo balizar o processo de aquisição de créditos para compensação das nossas emissões referentes aos Escopos 1 e 2, e para avaliação de investimentos em estrutura da própria instituição.

A precificação de carbono permite ainda direcionar investimentos para soluções menos intensivas em carbono por meio da internalização de parte das externalidades representadas pelas emissões, ou seja, que as empresas possam incorporar esses custos externos às suas decisões de negócios e busquem alternativas para minimizar seus efeitos.

Ademais, viabiliza o cálculo de possíveis implicações financeiras [8] e custos [9] de ações para riscos direcionados por mudanças na regulação, considerando que, até o momento, não há mercado regulado de carbono no Brasil.

O BB avalia que a definição setorial de metas para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) ou sua possível taxação pelo governo brasileiro para setores financiados pelo BB poderia impactar o resultado financeiro de empresas que se beneficiam destes serviços.

Isso se daria pela necessidade de investimentos para promover a redução de emissões e o possível aumento dos custos de produção e redução de lucro, alterando a avaliação da capacidade de pagamento de empréstimos.

Para gerenciar o risco o BB atua nas seguintes frentes:

I. Precificação interna de carbono;

II. Metas de redução e compensação de emissões e;

III. Modelo de avaliação e mensuração de impactos econômicos e socioambientais.

8 As implicações financeiras estimadas do risco associado à regulação do mercado de carbono, antes da adoção de medidas, seriam de R$ 9.712.100,35, considerando as emissões dos Escopos 1 (20.702,806 tCO_2e) e 2 (zero) do Banco do Brasil em 2025 e o preço do carbono de R$ 469,12/tCO_2e no cenário pessimista, baseado no preço médio anual dos leilões de permissões de emissão do EU ETS em 2025.
9 O custo estimado de R$ 944.876,07 (20.702,806 tCO_2e × R$ 45,64/tCO_2e) baseia-se no preço interno de carbono e no compromisso de compensação das emissões dos Escopos 1 e 2 do Inventário Corporativo de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Banco do Brasil.

Fornecedores

Para a gestão das emissões de GEE do Escopo 3 de seu Inventário, o BB promove ações de mitigação de riscos socioambientais da sua cadeia de fornecedores, no contexto da gestão do risco social, ambiental e climático (RSAC), considerando um escopo mais abrangente e orientado por diversos instrumentos normativos, tais como: **Código de Ética**, **Política de Relacionamento com Terceiros**, **Regimento Interno**, dentre outros.

O Regimento Interno inclui normas específicas para contratações sustentáveis, que contemplam o documento "**Padrão de Compras e Descartes Sustentáveis**", disponível no Portal BB para consulta, atendendo aos requisitos legais e aos compromissos sociais e ambientais assumidos. Critérios ambientais e sociais estão presentes em 100% das contratações, com cláusulas que incluem compromissos relacionados à preservação ambiental e ao desenvolvimento social. Também são realizados procedimentos de verificação documental (*due diligence*), aplicada aos fornecedores mais relevantes, contemplando as dimensões Ambiental, Direitos Humanos e Integridade, como instrumento complementar de avaliação de riscos associados à atuação de fornecedores.

O nosso Plano de Sustentabilidade está materializado na Agenda 30, documento que trata também dos compromissos do Banco com a mitigação das mudanças climáticas, os quais influenciam, de forma indireta, a atuação junto à cadeia de fornecedores. Como parte desse compromisso, foram disponibilizados os cursos de Mercado de Carbono (6 módulos) na área aberta à comunidade do portal da UNIBB, com o objetivo de oferecer conteúdo sobre questões ASG e combate às mudanças climáticas aos nossos fornecedores, contribuindo para o fortalecimento das capacidades técnicas e para a disseminação gradual de práticas relacionadas à agenda climática.



Nosso compromisso com as Mudanças Climáticas

Nós, do Banco do Brasil, procuramos, de forma construtiva e transparente, enfrentar os desafios de conciliar a competitividade empresarial com a construção de um mundo mais sustentável e socialmente justo, e, por esse motivo, o tema Mudanças Climáticas tem grande relevância em nossa empresa.

Para avançarmos nesse sentido e atentos ao cenário internacional e às necessidades de nosso País, bem como aos rumos do setor financeiro, trabalhamos, com nossa **Agenda 30 BB**, a conexão de nossas estratégias de negócios com as prioridades globais. Buscamos soluções inovadoras para os desafios, mantendo um modelo de atuação sustentável, que conjuga performance financeira com responsabilidade social, ambiental e climática, em consonância com a nossa história.

Desse modo, buscamos atuar de forma proativa e inovadora na criação e no aprimoramento de soluções financeiras que estimulam e auxiliam governos, empresas e pessoas a implementarem ações de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa e de adaptação aos efeitos atuais e esperados das mudanças climáticas, colaborando na transição para uma economia de baixo carbono. Para isso, empreendemos esforços no sentido de aumentar os financiamentos e/ou investimentos para:

- projetos de geração, distribuição e consumo de energia renovável, incluindo a microgeração descentralizada;
- projetos de eficiência energética para indústrias, visando a substituição por máquinas e equipamentos mais eficientes, e para empreendimentos imobiliários comerciais e residenciais;
- projetos de agricultura de baixo carbono e para a adoção de práticas agropecuárias sustentáveis;
- projetos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentáveis e o reflorestamento de florestas nativas e comerciais;
- mobilidade urbana, eficiência energética e mitigação e adaptação de cidades e seus cidadãos aos efeitos das mudanças climáticas;
- acesso de investidores e empresas a capital direcionado à economia de baixo carbono via instrumentos de mercado de capitais;
- projetos e instrumentos econômicos e financeiros que apoiem a implementação da Política Nacional de Mudança do Clima e da Política Nacional de Redução de Emissões;
- engajamento com governos, academia, empresas e terceiro setor para a promoção conjunta de ações que contribuam para a transição para uma economia de baixo carbono.



Esperamos, assim, seguir gerando valor no longo prazo tanto para os acionistas, quanto para a sociedade e construindo, pouco a pouco, um mundo mais justo e humano para as gerações que estão por vir.

O tema sustentabilidade é estratégico para o Banco do Brasil. Atentos ao cenário internacional e ao setor financeiro, trabalhamos para promover uma economia mais sustentável em todos os sentidos. Em 2025, revisamos os **Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável**.

A nova versão apresenta **10 compromissos**, com **19 metas**, que buscam auxiliar nossos clientes na transição para um portfólio mais sustentável; contribuir para que investidores direcionem recursos para companhias que geram externalidades socioambientais positivas; promover as melhores práticas ASG e reduzir os impactos climáticos; e impulsionar a transformação econômica para gerar valor para sociedade e meio ambiente.

Nossos compromissos estão alinhados aos objetivos globais, como o **Acordo de Paris**, os **ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)**, o Plano de transformação Ecológica (Governo Federal) e a COP30.

O Plano de Sustentabilidade integra a **Agenda 30 BB** e abrange um conjunto de ações, indicadores e metas voltados para o fortalecimento da governança e da gestão dos riscos e oportunidades relacionados às questões climáticas, com foco na descarbonização. O Plano também busca o desenvolvimento e a oferta de soluções financeiras e modelos de negócios que integrem práticas ASG, promovendo a diversidade e avaliando os impactos sociais, ambientais, climáticos e econômicos (externalidades). Além disso, inclui iniciativas de redução do desmatamento e outros esforços que visam a descarbonização da economia.

Em 2025, aprovamos a 10ª edição do Plano de Sustentabilidade para o período 2025-2027, composto de **100 ações** a serem realizadas pelas áreas responsáveis, enderençando diversos desafios em sustentabilidade.

Agenda 30 BB - Compromissos de Longo Prazo

1 Carteira de Crédito Sustentável

R$ **500 bilhões** de saldo até 2030, sendo:

- Agricultura sustentável R$ **200 bilhões**
- Energia renovável R$ **30 bilhões**
- Estratégia de bioeconomia R$ **5 bilhões**

2 Eficiência estadual e municipal

R$ **100 bilhões** desembolsados até 2030[1]

3 Produtos de Investimento Sustentável

R$ **30 bilhões** em fundos de investimentos sustentáveis[2] até 2030

4 Recursos sustentáveis

R$ **100 bilhões** de captações em recursos sustentáveis (para o BB e seus clientes) até 2030

5 Gestão das Emissões de GEE

100% de compensação do Escopo 1

100% de utilização de energia renovável[3] a partir de 2023

42% de redução das emissões diretas (Escopo 1) até 2030[4]

42% de redução da intensidade de emissões da carteira de empréstimos corporativos até 2040[5]

6 Diversidade

50% de mulheres em cargos de liderança até 2030

50% de pretos, pardos, indígenas e outras etnias sub-representadas em cargos de liderança até 2030.

Finanças sustentáveis

Compromissos com a Sustentabilidade

Governança social, ambiental e climática

Impactos positivos na cadeia de valor

7 Inclusão e Saúde Financeira

1,4 milhão de empresas lideradas por mulheres apoiadas com soluções financeiras até 2030

Ampliar a cidadania financeira para **7,5 milhões** de clientes jovens das gerações Alfa[6] e Z[7] até 2030.

8 Inclusão social

1 milhão de pessoas impactadas por ações realizadas no âmbito da bioeconomia até 2030.

9 Reflorestamento e Conservação Ambiental

2 milhões de hectares conservados e/ou reflorestados até 2030.

1,5 milhão de hectares de áreas degradadas recuperados até 2030.

10 Investimento Social Privado

R$ **1 bilhão** investidos em educação, cuidado com meio ambiente, inclusão, ajuda humanitária, incentivo ao voluntariado e tecnologias sociais por meio da Fundação BB até 2030.

1 Agricultura, cultura, defesa civil, educação, eficiência energética e iluminação pública, esporte e lazer, infraestrutura viária, limpeza pública, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, segurança e vigilância, sanitária.
2 Em alinhamento à alteração regulatória dos fundos de investimentos sustentáveis.
3 Usinas próprias, mercado livre e RECs.
4 Em relação ao ano-base 2022.
5 Escopo 3, categoria 15.
6 Geração Alfa: nascidos a partir de 2010.
7 Geração Z: nascidos entre 1997 e 2010.

Conexão com:

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Acordo de Paris

COP30

Plano de Transformação Ecológica

Em linha com os compromissos assumidos às recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), o Banco do Brasil estruturou e executou, entre 2021 e 2023, um Plano de Ação desenvolvido em alinhamento à estratégia corporativa, à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), ao Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB e às diretrizes da própria TCFD.

Entre as ações concluídas, destacam-se aquelas voltadas à adaptação aos riscos climáticos físicos, como a definição de fluxos de monitoramento de metas climáticas, o desenvolvimento de processos de reporte para riscos físicos em carteiras de agronegócio, e a análise da exposição do portfólio, instalações e fornecedores aos riscos climáticos. Também foram conduzidas iniciativas para elaboração de cenários climáticos, avaliação de impactos sobre carteiras e setores, e estruturação de processos de gestão e divulgação de riscos e oportunidades relacionados ao clima.

Dando continuidade a esse processo, em 2024, foram realizadas análises internas sobre concentrações geográficas de risco, e diante das adequações normativas decorrentes das resoluções CVM 193 de 23/10/2023[10], atualizada pela CVM 219 de 29/10/2024, e CMN 5.185, de 21/11/2024 [11], bem como das discussões fomentadas pelas consultas públicas sobre as divulgações de riscos climáticos (Consulta Pública Bacen 100/2024[12]) e sobre a Taxonomia Sustentável Brasileira[13] (aberta para contribuições até março/25), realizaremos revisões na estrutura de divulgação das concentrações regionais da metodologia de sensibilidade ao RSAC, de forma a se alinhar à nova classificação das atividades econômicas brasileiras e aos novos padrões de divulgação financeira relacionados à sustentabilidade e às mudanças climáticas.

Apresentamos alguns dos resultados das iniciativas relacionadas às mudanças climáticas implementadas em 2024, bem como aquelas programadas para o primeiro semestre de 2025, no contexto da Agenda 30 BB 2023-2025:

Mudanças climáticas e descarbonização

Desafio

Atuar para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) da própria operação, as emissões financiadas e as de investimentos do Banco.

Ação

Identificar eventuais oportunidades de redução de emissões de GEE em setores financiados e/ou que são mais carbono-intensivos, até 31/12/2025.

Prestação de contas Ciclo 2025-2027

Ação cumprida dentro do prazo, em decorrência da estratégia da Assessoria de Descarbonização.

ODS impactados

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

10 Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board – ISSB.

11 Altera a Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

12 Segunda fase da exigência de divulgação sobre riscos e oportunidades relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos, contemplando a inclusão de novos requisitos associados a métricas e metas, por meio de tabelas padronizadas no Relatório GRSAC.

13 Este instrumento consiste em um sistema de classificação que define, de maneira nítida, objetiva e com base científica, atividades, ativos e/ou categorias de projetos que contribuem para objetivos climáticos, ambientais e/ou sociais, por meio de critérios específicos.

O Banco do Brasil tem acompanhado a construção do Framework Conceitual Padrão para Insituições Financeiras da SBTi.

Os compromissos assumidos e políticas estabelecidas estão publicados nos **Relatórios Anuais** do BB, **Caderno ASG**, divulgações de **Resultados Trimestrais** e no **Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC)**, disponíveis no site do BB.

Negócios Sustentáveis

Desafio

Desenvolver e ofertar soluções financeiras e modelos de negócios que incorporem aspectos ASG (ambiental, social e governança), fomentando a transição para uma economia de baixo carbono, verde, inclusiva e diversa.

Ação

Implementar novos atributos e/ou condições negociais diferenciadas para um produto/serviço voltado à transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva.

Indicador:

Implementar novas condições negociais diferenciadas para operações de crédito/financiamentos verdes/climáticos até 30/06/2025.

Prestação de contas Ciclo 2023-2025

Indicador cumprido dentro do prazo, em razão da estruturação financeira do Eco Invest Brasil, da criação da linha BNDES Finame Fundo Clima Automático, que oferece prazos e taxas diferenciados, e das alterações nas condições negociais de linhas relacionadas ao fomento de energia renovável.

ODS impactados



Ação

Manter e garantir domínios e critérios de DE&I nas diretrizes estratégicas do Programa Estratégico de Investimento em Startups, objetivando promover a diversidade nos investimentos feitos BB Ventures, até 31/12/2025.

Prestação de contas Ciclo 2025-2027

Ação cumprida dentro do prazo, em decorrência da revisão e expansão do Programa Estratégico de Investimento em Startups (BB Ventures), com a inclusão dos domínios de DEI, bioeconomia e mercado de carbono.

ODS impactados



Impactos sociais, ambientais e climáticos das operações e atividades

Desafio

Avaliar e mensurar os impactos sociais, ambientais e climáticos (externalidades) gerados pelos produtos, serviços e atividades do Banco do Brasil de forma a maximizar os positivos e reduzir os negativos para o meio ambiente e a sociedade.

Ação

Mensurar os impactos (externalidades) socioambientais e econômicos dos produtos, serviços e atividades do BB.

Indicador

Mensurar os impactos de duas novas atividades, produtos, serviços ou projetos até 30/06/2025.

Prestação de contas Ciclo 2023-2025

Indicador cumprido dentro do prazo, com a atualização e ampliação da cobertura de análise dos impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes das atividades operacionais e negociais do BB.

ODS impactados



Emissões Financiadas

Em alinhamento à nossa adesão ao **Business Ambition for 1.5°C** e amparado nas orientações setoriais da **SBTI**[14], nos comprometemos com a neutralidade de emissões até 2050 e temos o objetivo de reduzir a intensidade das emissões decorrentes de nossa carteira de empréstimos corporativos[15] em **42% até 2040**, considerando o ano base de 2021 .

A apuração das emissões financiadas segue a metodologia **PCAF (Partnership for Carbon Accounting Financials)** e as metas são estabelecidas de acordo com os critérios da iniciativa de metas baseadas na ciência (SBTi, sigla em inglês).

Em 2024, as emissões financiadas alcançaram **16,477 $MtCO_2e$** em uma carteira de empréstimos corporativos de **R$ 147,95 bilhões** o que equivale a uma intensidade de emissão de **0,1114 milhões de tCO_2e** por R$ 1 bilhão de empréstimos concedidos. [16]

No ano de **2025** , as emissões financiadas alcançaram **19,34 $MtCO_2e$** em uma carteira de empréstimos corporativos de **R$ 149,1 bilhões**[17] o que equivale a uma intensidade de emissão de **0,130 milhões de tCO_2e** por R$ 1 bilhão de empréstimos concedidos.

	2021	2022	2023	2024	2025
Emissões Financiadas ($MtCO_2e$)	13,437	11,802	14,733	16,477	19,340
$MtCO_2e$ /R$ bi	0,1196	0,0957	0,1133	0,1114	0,1300

Consulte a verificação externa das emissões financiadas: Relatório de Asseguração

14 O Banco do Brasil tem acompanhado a construção do *Framework* Conceitual Padrão para Instituições Financeiras da SBTI e tão logo publicadas as diretrizes, submeterá suas metas para validação.

15 A Carteira de Empréstimos Corporativos é composta por empréstimos a empresas com faturamento anual superior a R$ 200 milhões.

16 Em 2024, 100% das emissões reportadas foram asseguradas. O valor da carteira assegurada representava 42,26% da Carteira de Crédito Classificada Pessoa Jurídica. Qualquer divergência em relação ao informado no Relatório Anual 2025 se deve à conclusão da asseguração das emissões financiadas posteriormente à publicação do mesmo.

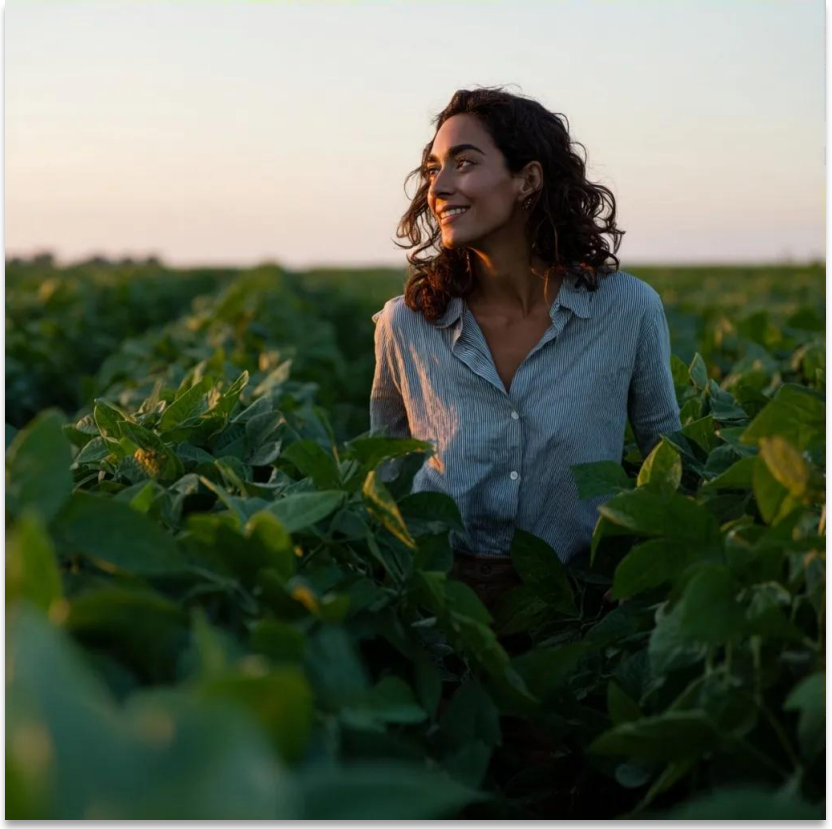
17 Em 2025, representava 37,07% da Carteira de Crédito Classificada Pessoa Jurídica. Asseguração em andamento.



Para aumentar a transparência e com base na metodologia PCAF, desagregamos os dados de emissões dos setores abaixo, que são relevantes na composição da carteira corporativa e permitem a comparabilidade:

Classes de Ativos/Resultados	Saldo (R$ bi)	Emissões (milhões $tCOe_2$)	Intensidade (m $tCOe_2$x R$ bi)
Imobiliário	46,6	0,047	0,002
Veículos	4,8	0,01	0,002
Empréstimos Corporativos (em revisão)	149,1	19,34	0,13

Dezembro/2025



	Emissões GEE (MtCO2e)					Saldo (R$ bilhões)					Intensidade (MtCO2e/R$ bi)				
Setor/Indústria	2021	2022	2023	2024	2025	2021	2022	2023	2024	2025	2021	2022	2023	2024	2025
Transporte, Armazenagem e Correios	0,6	0,8	1	1,2	0,6	2,2	2,6	2,9	3,7	5,7	0,28	0,30	0,34	0,33	0,24
Siderurgia	0,8	1	1,2	1,5	1,5	3,5	4,1	6,2	6,7	6,4	0,24	0,24	0,20	0,22	0,23
Petróleo & Gás	0,4	0,4	0,6	0,6	1,1	3,3	3,2	6,0	9,0	16,9	0,12	0,13	0,10	0,07	0,07
Indústria Extrativa	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	1,1	1,6	2,1	2,4	2,1	0,05	0,06	0,07	0,10	0,15

Descarbonização

Reafirmando seu papel como agente de transformação sustentável e seu compromisso com a transição para uma economia de baixo carbono, o Banco do Brasil estabeleceu uma estratégia robusta para a eliminação progressiva de sua exposição ao carvão mineral até 2030. Essa diretriz abrange tanto operações de crédito quanto investimentos proprietários, envolvendo atividades de mineração, geração de energia e infraestrutura associada — em projetos novos ou já existentes.

A iniciativa está alinhada às metas climáticas globais, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Agenda 30 BB, e se desdobra em três fases estratégicas:

2024

Fase 1 – Redução da Exposição: não concessão de novos empréstimos para empresas de extração de carvão.

2025-2029

Fase 2 – Fase de Transição : suporte a empresas de geração termoelétrica que desejam realizar a transição, priorizando a geração de eletricidade a partir de fontes renováveis.

2030

Fase 3 – Phase-out (até 2030): Desinvestimento total de sua exposição de crédito e investimentos proprietários em carvão mineral, para a extração (mineração), a geração de energia[18] ou a infraestrutura associada, em novos projetos ou naqueles já existentes.

A estratégia de descarbonização é acompanhada por relatórios periódicos de riscos e oportunidades climáticas, além de atualizações bienais da Agenda 30 BB, com participação ativa de stakeholders internos e externos. Essa governança participativa garante que as ações estejam alinhadas às melhores práticas internacionais e às expectativas da sociedade

18 Fase de Phase-out, a partir de 2030, contempla o desinvestimento total de empresas com mais de 15% de sua receita provenientes da geração de eletricidade a carvão mineral. Aos clientes com menos de 15% da receita, só poderão ser financiados projetos não vinculados a carvão mineral.

#interna

Compromisso BB com as
Mudanças Climáticas